

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO JANEIRO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES  
FACULDADE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**

**A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO NEOLIBERAL**

**Sandra Regina Mota Duarte**

**São Gonçalo – RJ**

**2008**

Sandra Regina Mota Duarte

**A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO NEOLIBERAL**

Monografia apresentada, como requisito parcial para a obtenção de graduação em licenciatura em Pedagogia, ao Departamento de Educação da Faculdade de Formação de Professores da UERJ.

Aprovado em \_\_\_\_\_

Banca Examinadora:

\_\_\_\_\_  
Profª Drª Eveline Algebaile (Orientadora)

Departamento de Educação da Faculdade de Formação de Professores da UERJ

\_\_\_\_\_  
Profª Drª Mônica Dias Peregrino (Parecerista)

Departamento de Educação da Faculdade de Formação de Professores da UERJ

São Gonçalo – RJ

2008

## **Dedicatória**

Dedico esta monografia a minha querida vovó Ana Maria Vieira (em memória) que com seu jeito amável marcou profundamente a minha vida, através de seu carinho, amizade e dedicação, enfim, por ter feito jus ao nome mais gracioso que existe: vovó.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pela oportunidade de estar concluindo o primeiro degrau da vida acadêmica e, sobretudo por ter me cercado de pessoas especiais, que de forma singular colaboraram para o cumprimento desta monografia, a saber: os meus irmãos, Ana Maria, Guiomar e Julio Cesar; os meus sobrinhos queridos, Murilo, Vitória e Mateus; as minhas colegas de curso Higena Carvalho, Mônica Soriano, Verônica Viana e Carolina Braga e, finalmente, a minha orientadora Eveline Algebaile, que muito contribuiu para que essa vitória fosse possível.

## RESUMO

Esta monografia é uma tentativa de compreender a razão da crise do sistema educacional brasileiro ser tão recorrente, mesmo diante das iniciativas do setor público em "investir" em educação escolar, por meio da formação continuada dos professores, distribuição de livros didáticos nas escolas, dentre outras medidas regulares ou esporádicas que implicam aplicação de recursos financeiros em aspectos da infra-estrutura e do funcionamento do setor educacional vinculados às condições de realização da oferta educativa escolar. A busca de respostas para esta questão me levou a perceber a necessidade de investigar a própria estrutura na qual está firmada a sociedade capitalista para entender a realidade educacional brasileira e poder propor mudanças que garantam o direito de todos a uma educação de qualidade. Para melhor focar meu objeto de estudo, optei em fazer um breve histórico do capitalismo e sua repercussão em termos das formas de organização da vida social a ele vinculadas, desde o período em que predominavam atividades produtivas como a simples manufatura até a chamada era pós-industrial. Esta última fase foi aquela em que mais me detive, por se tratar do período em que a perspectiva neoliberal é assumida pelo Estado, configurando um processo de desmonte das políticas públicas sociais a favor dos interesses do mercado. A pesquisa consistiu principalmente na realização de revisão bibliográfica sobre o tema "neoliberalismo e educação", particularmente sobre as repercussões das mudanças neoliberais na educação de países periféricos, especialmente com o objetivo de realização de síntese e aproximação de discussões que, por vezes, ao longo de nossa formação como professores, ficam dispersas. A partir desse procedimento, o texto da monografia foi organizado em três capítulos, de modo a propiciar: a) a discussão do capitalismo em suas faces históricas e em suas características contemporâneas; b) o papel que as instituições internacionais cumprem no contexto geral de relações capitalistas, incluindo o controle sobre as políticas sociais nos países periféricos; e c) as formas particulares de influência do Banco Mundial na política educacional brasileira. Nas considerações finais, discutimos os problemas gerados pela intervenção do Banco Mundial na política educacional brasileira e os desafios que se colocam frente a esse quadro.

Palavras chave: Neoliberalismo; Educação; Globalização; Reforma do Estado; Organismos internacionais.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ALCA - Acordo de Livre Comércio das Américas

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

ENAD – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

FMI - Fundo Monetário Internacional

MEC - Ministério da Educação e Cultura

OMC - Organização Mundial do Comércio

OREALC - Oficina Regional para a Educação na América Latina e no Caribe

PAE - Plano de Ajuste Estrutural

PISA – Programa Internacional de Avaliação de Alunos

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

SESU - Secretaria do Ensino Superior

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>1 O CAPITALISMO E SUA FACE NEOLIBERAL .....</b>	<b>10</b>
1.1 - BREVE HISTÓRICO DO CAPITALISMO .....	10
1.2 – DO ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL AO ESTADO NEOLIBERAL .....	12
<b>2 A INFLUÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS .....</b>	<b>19</b>
2.1 - AS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS E SEU PROJETO DE DOMINAÇÃO.....	19
2.2 - EDUCAÇÃO BÁSICA PARA UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO .....	22
<b>3 O BANCO MUNDIAL E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS .....</b>	<b>26</b>
3.1 - AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS ORIENTADAS PELO POSITIVISMO..	26

3.2 – AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS ORIENTADAS PELO BANCO .....	28
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>32</b>
<b>5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>39</b>

## INTRODUÇÃO

A política educacional brasileira tem sido marcada por constantes imposições internacionais que orientam as prioridades da Educação em nível nacional. A questão a ser levantada na discussão deste texto é por que tais imposições são aceitas, já que em nada cooperam para a melhoria da Educação do país, pelo contrário, disfarçam seu verdadeiro intento, que é o de dominar os países de economia periférica, por diferentes meios, dentre eles as supostas propostas educacionais, apresentadas como se fossem o único caminho para o desenvolvimento econômico e social.

O interesse por este tema monográfico se deu desde o primeiro período de curso, quando na disciplina Tópicos Especiais I estudamos sobre o Neoliberalismo e, posteriormente, no terceiro período, na disciplina Sociologia da Educação I, quando foram muito discutidas as prioridades do Estado capitalista e do Estado de bem estar social. Finalmente, o interesse pelo tema foi reforçado nos últimos períodos, quando foram estudadas as Políticas Educacionais.

A pesquisa foi iniciada no sexto período, sendo utilizadas variadas fontes, como livros e artigos acadêmicos, bem como matérias institucionais ou jornalísticas, acessíveis em meio impresso ou por meio de pesquisa em *internet*. A escolha pelo tema, por si só, foi um desafio, devido à dificuldade de se estabelecer, neste caso, um campo empírico viável para uma pesquisa monográfica em nível de graduação. Essa dificuldade, entre outros motivos, é devida ao fato de que as principais fontes primárias sobre o assunto – documentos propositivos e de avaliação de políticas dos organismos internacionais – além de muito complexas, estão predominantemente em língua estrangeira. Mas, por muito ter ouvido sobre o tema durante a formação acadêmica, este trabalho foi uma tentativa de sintetizar algumas informações que considero fundamentais sobre a política neoliberal e suas implicações para a política pública educacional e que, no entanto, por vezes aparecem dispersas ao longo de nossos percursos de estudos.

Assim, na metodologia de trabalho privilegamos a pesquisa bibliográfica, selecionando alguns autores de referência na área de debate sobre a política neoliberal e a reforma do Estado, no que tange às políticas públicas, particularmente, as de Educação, tais como Torres (1997), Frigotto e Ciavatta (2003), Tommasi (2007), Coraggio (1995), Chossudovsky (1999), Barroso (2006), entre outros.

Para entendermos a condição de submissão dos países em desenvolvimento aos interesses do capital internacional, apresentamos, no primeiro capítulo, um breve histórico do capitalismo, desde o capitalismo manufatureiro até o capitalismo pós-industrial e suas implicações para a sociedade como um todo.

No segundo capítulo, discutimos sobre o que são os organismos internacionais e regionais que manipulam as políticas dos países em desenvolvimento, e quais são as atribuições e/ou mecanismos utilizados pelos mesmos que permitem manipular política e economicamente os países.

No terceiro capítulo, é discutido o papel que o Banco Mundial desempenha nas políticas educacionais e as consequências de suas diretrizes para a nação, no que tange à submissão dos países em desenvolvimento aos interesses do capital internacional.

Finalmente, nas considerações finais, procuro mostrar o quanto os acordos entre o Banco Mundial e os países em desenvolvimento beneficiam os interesses do mercado e não a promoção da educação e conseqüente melhoria das condições de vida no país. Também procuro salientar a necessidade da sociedade estar ciente das propostas do Banco Mundial para a educação, para que possa reivindicar melhores acordos que favoreçam a diminuição da desigualdade no país.

# **CAPÍTULO I**

## **1 - O CAPITALISMO E SUA FACE NEOLIBERAL**

### **1.1– Breve história do capitalismo**

Para falarmos do Neoliberalismo como sistema político-econômico que exclui a maioria da população dos bens produzidos socialmente, inclusive a Educação, se faz necessário situar o papel que o capitalismo desempenhou no decurso da história. Para tanto, serão destacadas as várias faces do capitalismo e suas implicações na sociedade como um todo.

Segundo Paul Singer (1987), nas formações econômico-sociais anteriores ao capitalismo, os bens que eram produzidos se destinavam à subsistência, e apenas uma pequena parte era transformada em mercadoria. As pessoas não dependiam do mercado, pois produziam para o seu próprio consumo. O capitalismo econômico, sistema que objetiva o lucro, estruturou-se, principalmente, a partir do século XVI, especialmente com as Grandes Navegações. Estas possibilitaram a interligação marítima de todos os continentes, facilitaram o intercâmbio das mercadorias em nível mundial e resultaram na submissão de um país aos interesses do outro.

No capitalismo manufatureiro, o capitalista reunia um grupo de trabalhadores para realizar a produção de forma técnica, ou seja, ao invés de cada trabalhador realizar todas as etapas do processo produtivo, cada operação passaria a ser tarefa de um grupo específico de trabalhadores. Estes passaram a realizar o trabalho de forma alienada, pois já não dominavam o processo produtivo como um todo.

Em busca de maiores lucros, o capitalista criou máquinas capazes de realizar as tarefas que eram realizadas pelo homem, configurando, assim, o capitalismo industrial do século XVIII. O trabalhador, ao invés de produzir diretamente o produto, passa a ser necessário apenas para regular, carregar, acionar, desligar e complementar pontualmente a máquina, já que a produção maquinofatureira era superior à do homem.

O capitalismo manufatureiro e o capitalismo industrial são bem distintos diante da economia de mercado. A principal função estratégica da expansão do capitalismo manufatureiro era a unificação do mercado nacional, cabendo ao Estado promover as exportações e importações, de modo a elevar os lucros e, deste modo, aumentar a receita dos cofres públicos. No capitalismo

industrial, referenciado no liberalismo, sua estratégia de expansão seria unificar todos os mercados e prover a livre competição para todos, mas sem a intervenção do Estado no mercado. O protecionismo estatal passa a ser visto como um entrave para maiores lucros, muito embora os capitalistas tivessem se beneficiado, em seu período de expansão, do intervencionismo estatal. O período de consolidação da produção industrial, como elemento central do capitalismo, já envolvia algumas ações do Estado que seriam fundamentais para impulsionar o capitalismo, como o investimento em infra-estrutura, a regulação do uso da terra, as regulações trabalhistas.

Segundo Paul Singer (1987), no Brasil, o capitalismo industrial teve seu êxito em 1808, quando da abertura dos portos às "nações amigas", mas apenas com o fim da escravidão, em 1888, é que houve condições para a implantação e expansão do capitalismo industrial. Este, no entanto, só foi efetivamente impulsionado a partir de 1930, com a atuação de Getúlio Vargas na produção de indústrias de base que dessem sustentação à consolidação da indústria no Brasil e, em seguida, na década de 1950, no governo de Juscelino Kubsticheck, graças ao capital estrangeiro.

Ainda segundo Paul Singer (1987), o capitalismo pós-industrial caracteriza-se pelo esgotamento da atividade industrial como atividade central na produção da acumulação capitalista. O capital financeiro assume a dianteira na condução das relações econômicas, interferindo na compreensão sobre a ação do Estado. Observa-se a consolidação, nesse contexto, do sistema político-ideológico neoliberal, orientado para o aumento das margens de lucro do capital por inúmeros meios, dentre eles, como mostra Francisco de Oliveira (1998), a reorientação do uso do fundo público, no sentido de um uso mais seletivo deste como suporte para a acumulação capitalista, em detrimento, especialmente, dos gastos sociais, com claros impactos em termos da supressão dos direitos sociais.

Segundo Perry Anderson (1995), o neoliberalismo nasceu após a II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte, onde imperava o capitalismo. Na verdade, foi uma reação contra o Estado "intervencionista" e de bem estar social, que limitava o avanço dos interesses do capital. Nas palavras de Hayeck, principal formulador do neoliberalismo: "O igualitarismo desse período, promovido pelo Estado de bem estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos" (HAYECK apud ANDERSON, 1995, p. 10).

Com a crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando os países capitalistas desenvolvidos sofrem profunda recessão, combinada com altas taxas de inflação e baixo crescimento econômico, as idéias neoliberais começam a ganhar espaço.

As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no

poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. (ANDERSON, 1995, p.10)

A solução encontrada pelos capitalistas foi manter um Estado forte, sim, mas em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro. Fora isso, deveria ser ainda mais pobre em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta do governo. Para isso seria necessário conter os gastos com bem estar e manter crescente o desemprego para quebrar os sindicatos.

A partir da década de 1970 observam-se intensas mudanças na política econômica do Estado, em escala mundial. Essas mudanças apresentariam impactos mais claros, no Brasil, na década de 1990, entre outros aspectos, devido a uma ampla abertura comercial, envolvida com a promoção de uma desregulamentação financeira que culminou em uma intensificação da dependência do país ao capital estrangeiro.

Com a abertura do mercado, a economia nacional começou a ter baixas, pois ampliou-se a competitividade em condições de desigualdade para o Brasil. Devido à entrada de importados de maior qualidade e com preços mais vantajosos para o consumidor, a indústria nacional começou a perder terreno. Isso, para a economia nacional, resultou em menos recursos para os cofres públicos para prover as necessidades básicas da sociedade, pois quem passou a dominar o mercado foram as indústrias estrangeiras. Logo, parte importante do lucro iria para fora do país.

O modelo neoliberal implantado fez com que o Estado não mais controlasse a economia e, sim, passasse a conter os gastos orçamentários em relação à educação, saúde e previdência, pois já não havia recursos para mantê-los, principalmente após a venda do patrimônio público - as privatizações.

## **1.2 - Do Estado de Bem Estar Social ao Estado Neoliberal**

A última fase do capitalismo é a sua face neoliberal, que ganhou terreno no Brasil a partir da década de 1990. A corrida por maiores rendimentos fez com que os países capitalistas desenvolvidos apostassem em maiores lucros para capital, através da dependência financeira dos países em desenvolvimento.

Segundo Frigotto e Ciavatta (2003), as duas últimas décadas do século XX e início do século XXI têm sido marcadas por profundas mudanças no campo econômico, político e

ideológico. A fase de expansão do capital provindo da atividade industrial entra em colapso, com altas taxas de lucro e exploração. Diante dessa crise, uma nova forma de acumulação de capital é impulsionada, por meio da especulação financeira. Instaura-se uma competição feroz entre grandes grupos econômicos e corporações transnacionais. Tais grupos detêm o poder de concentrar toda a riqueza, a ciência e a tecnologia de ponta, de forma sem precedentes.

No campo ideológico firma-se a noção de que o único caminho para solucionar a crise é a abertura dos mercados nacionais à livre concorrência – globalização e Estado mínimo – cuja finalidade consistia em justificar a necessidade de reformas profundas no aparelho do Estado e na relação capital / trabalho. As políticas do Estado de bem estar social passam a ser vistas pelos capitalistas como responsáveis pela crise, pois conduziriam à escravidão, enquanto que a liberdade de mercado conduziria à prosperidade. Essa ideologia, produzida pelos representantes dos países do capitalismo central, bem representada nos termos do "acordo" firmado no âmbito do chamado Consenso de Washington<sup>1</sup>, irá fundamentar a doutrina do neoliberalismo, bem como as reformas sociais da década de 1990 no Brasil.

Segundo Torres (1997), o Estado de bem estar social representa um pacto social entre o trabalho e o capital, que remonta às organizações institucionais do capitalismo do início do século na Europa, especialmente nas origens da social-democracia européia, com suas expressões mais vigorosas na social-democracia escandinava.

O Estado de bem estar social desempenhou um papel muito importante como modernizador da sociedade e da cultura, exerceu atividades protecionistas na economia, apoiou o crescimento do mercado interno e a substituição de importações como aspecto central do modelo de articulação entre Estado e sociedade.

Por diferentes motivos, entre os quais estão o caráter populista de algumas experiências e a presença de uma distribuição de renda extremamente desigual na América Latina, as formações estatais aí presentes, com forte intervencionismo na sociedade civil, priorizaram a promoção de políticas de saúde, educação, habitação e lazer, dentre outras, vinculadas ao vínculo empregatício.

Na verdade, havia uma preocupação com a força de trabalho quando o capital necessitava do uso intensivo da mão de obra. Era uma política de bem estar atrelada ao trabalho. Nessas condições grande parte da população ficava à margem de tais serviços. Por isso, apesar dos Estados latino-americanos apresentarem, algumas semelhanças com o Estado de bem estar social desenvolvido nos países de economia central, também há grandes divergências, como a baixa cobertura populacional dos serviços vinculados a direitos, a falta ou grande demora na implantação de um seguro-desemprego institucionalizado, a grande desigualdade de qualidade de serviços dentro de uma

mesma rede.

A experiência do Estado brasileiro com o bem estar social sempre esteve longe dos moldes do Estado de bem estar social de países do capitalismo central, mas, até recentemente, guardava alguns de seus preceitos, pois ainda havia o mínimo de preocupação com os direitos sociais garantidos na Constituição Federal de 1988, o que veio a ser desprezado, tão logo, no início da década de 1990, começaram a ser realizadas reformas que passaram a ajustar o Estado brasileiro ao modelo de Estado neoliberal.

O termo *neoliberal* tem sido usado para designar um novo tipo de Estado, voltado exclusivamente para os interesses da acumulação capitalista. Os governos neoliberais propõem noções de mercado aberto e tratados de livre comércio, redução do setor público e diminuição da intervenção estatal na economia e na regulação do mercado.

O neoliberalismo está associado aos programas de ajuste estrutural do Estado, mais especificamente, de sua política financeira, seu aparato Constitucional e suas ações aos interesses da nova fase de acumulação do capital. O ajuste estrutural define-se como um conjunto de medidas, direta ou indiretamente vinculadas a programas e políticas recomendadas pelo Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e outras organizações financeiras, orientadas no sentido da produção da desregulamentação da economia e de uma nova regulação da administração estatal que envolve o controle de gastos, a redução de setores e funções, a redução geral do aparato do Estado por meio de privatizações e da implementação de terceirizações, a focalização e a descentralização. No campo da regulamentação de direitos sociais e da prestação de serviços a eles vinculados, leis foram sustadas, normas foram modificadas, direitos já consolidados foram modificados, tudo com o argumentos de que era para não retrain o mercado.

As políticas de privatização são importantes nas reformas orientadas a impulsionar o mercado, e, portanto, constituem uma preferência política do neoliberalismo. Mediante a privatização das empresas do setor público, reduz-se a pressão sobre o gasto fiscal. Também constituem um instrumento muito apropriado para despolitizar as práticas regulatórias do Estado nas áreas de formação de políticas públicas, pois o Estado fica refém dos interesses do mercado, de modo que todas as leis são feitas para favorecer o mesmo. O pensamento neoliberal vincula a privatização das empresas públicas como a solução para o problema da dívida externa.

Segundo Torres (1997), o modelo de ajuste e estabilização tem resultado em uma série de recomendações de política pública, incluindo a redução do gasto governamental, desvalorização da moeda para promover a exportação, redução das tarifas para importações e um aumento das poupanças públicas e privadas.

Um aspecto central deste modelo é a redução drástica do setor estatal, especialmente mediante a privatização das empresas parastatais, a liberalização de salários e preços e a reorientação da produção industrial e agrícola para a exportação. O propósito deste pacote de política é, em curto prazo, a redução do tamanho do déficit fiscal e do gasto público, da inflação e das taxas de câmbio e tarifas. Em médio prazo, o ajuste estrutural baseia-se nas exportações como um motor para o desenvolvimento.

Neste sentido, as políticas de estabilização e ajuste estrutural buscam liberar o intercâmbio internacional, reduzir qualquer distorção na estrutura de preços, terminar com as políticas de protecionismo e, conseqüentemente, facilitar o predomínio do mercado nas economias latino-americanas (BITTAR, 1988, apud TORRES, 1997).

Para Claus Offe, conforme Torres (1997), há uma contradição no Estado neoliberal em promover o acúmulo do capital e, simultaneamente, promover a legitimidade do sistema capitalista, pois o Estado sendo um sistema administrativo auto-regulado, opera como mediador nas crises do capitalismo e adquire funções específicas ao servir de mediador na contradição básica do capitalismo. A crescente socialização da produção e a apropriação privada da mais-valia obrigam o Estado a expandir suas funções institucionais, no sentido de favorecer o mercado, a fim de evitar que as crises recorrentes do sistema capitalista afetem as condições de produção e reprodução do próprio sistema.

Segundo Torres (1997), os Estados neoliberais, do ponto de vista dos segmentos políticos que o compõem, constituem uma mistura de teorias e grupos de interesses vinculados à economia de oferta e monetaristas, setores culturais neoconservadores, grupos que se opõem às políticas distributivas de bem estar social e setores preocupados com o déficit fiscal, a cuja superação subordina toda a política econômica. Para o modelo culturalmente neoconservador e economicamente neoliberal, o Estado, o intervencionismo estatal e as empresas parastatais são parte do problema, não parte da solução. Como tem sido assinalado em inúmeras ocasiões por governos neoliberais, o melhor Estado é o Estado mínimo.

As premissas do ajuste estrutural são altamente compatíveis com os modelos neoliberais. Estas implicam redução do gasto público, redução dos programas que são considerados gastos públicos e não investimentos, venda das empresas estatais, parastatais ou de participação estatal e mecanismos de desregulamentação para evitar o intervencionismo estatal no mundo dos negócios. Propõem – se também a diminuição da participação financeira do Estado no fornecimento de serviços sociais – educação, saúde, proteção trabalhista e assistencial, como pensões e aposentadorias, transporte público e habitação popular, e sua subsequente transferência para o setor privado.

As atividades do setor público ou estatal são apresentadas como ineficientes, improdutivas, anti-econômicas e como um desperdício social, enquanto que o setor privado é visto como eficiente, efetivo, produtivo, podendo responder, por sua natureza menos burocrática, com maior rapidez e presteza às transformações que ocorrem no mundo moderno.

O intervencionismo estatal não é totalmente abandonado, mas ocorre de forma diferenciada e seletiva (SCHUGURENSKY, 1994, apud TORRES, 1997). O Estado não pode deixar de intervir, por motivos simbólicos, mas também, práticos, tanto na economia, quanto em diferentes aspectos da vida social. Há a necessidade de pacificar áreas conflitivas e explosivas em matéria de políticas públicas, razão pela qual não só se levam a cabo políticas de solidariedade para os mais pobres, como também se incrementam subsídios e transferências de recursos para os setores médios e as classes dominantes.

Segundo Torres (1997), o fenômeno da globalização está na base das transformações do capitalismo e consiste em alterar os princípios de funcionamento de um capitalismo de pequenos proprietários, ou sua ampliação em termos de imperialismo como fase superior do capitalismo, ou da noção de capitalismo monopolista, chegando aos nossos dias com a noção de capitalismo tardio ou capitalismo desorganizado, tal como formulado por Claus Offe..

A globalização econômica responde a uma reestruturação da economia em escala planetária, supondo a globalização da economia, da ciência e tecnologia e da cultura, no âmbito de uma transformação profunda na divisão internacional do trabalho (HARVEY, 1989). Em grande parte, essa globalização se dá por mudanças na economia, na informática e nas comunicações, que aceleram a produtividade do trabalho, substituindo trabalho por capital e desenvolvendo novas áreas de alta produtividade. Estas mudanças que redefinem as relações entre as nações implicam em uma alta mobilidade do capital via intercâmbio internacional, mas também através da velocidade de realização de investimentos de curto prazo e alto risco.

Uma das características centrais do capitalismo globalizado são os fatores de produção. Estes não estão localizados em alta proximidade geográfica, pois os capitalistas buscam os mercados mais lucrativos, onde obtenham isenção de impostos e mão de obra barata. Nesse sentido, também se acentuam os processos de aumento das taxas de lucro, respondendo tanto ao aumento contínuo da produtividade, quanto às reduções de custo, através da dispensa de mão de obra e intensificação da produção, substituição da mão de obra mais cara por mais barata.

Essas mudanças na composição global do trabalho e do capital são realizadas quando há abundância de mão de obra e diminuição dos conflitos entre trabalho e capital. O aumento do número de trabalhadores sem carteira assinada está associado também ao aumento da competição internacional e às convicções da classe trabalhadora e dos sindicatos de que não se pode pressionar

excessivamente as empresas, buscando mais e melhores benefícios sociais e/ou salários, não só pela abundância de mão de obra, mas também, porque se o nível da rentabilidade da empresa diminuir no contexto altamente competitivo e transnacionalizado do capitalismo, perdem-se postos de trabalho e se acelera a migração de capital de mercados regionais dos países do capitalismo avançado para os mercados globais do capitalismo internacional, com a finalidade de contratar a mão de obra de alta qualificação a baixos salários.

Ainda segundo Harvey (1989), para enfrentar a queda da taxa de lucro, o capitalismo transnacionalizado recorre não somente ao aumento da produtividade ou à redução dos custos de produção em si, mas também à localização de fábricas em áreas onde as indústrias obtenham isenção de impostos e acesso a mão de obra barata e qualificada, não enfrentem a interferência de sindicatos na negociação do preço da mão de obra e obtenham acesso rápido, eficiente e barato aos recursos econômicos renováveis e não renováveis.

Segundo Torres (1997), as velhas economias nacionais baseavam-se em produção de alto volume e eram padronizadas, com poucos gerentes controlando a produção e um grande número de trabalhadores seguindo ordens. A nova economia globalizada é mais fluida e flexível, com redes de poder múltiplo e mecanismos de tomada de decisões que se assemelham mais a uma teia de aranha do que a uma pirâmide de poder estática que caracterizava a organização do sistema capitalista tradicional.

## **CAPÍTULO II**

### **2 - A INFLUÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS**

#### **2.1 - As Instituições Internacionais e seu Projeto de dominação**

No contexto do capitalismo globalizado, as instituições internacionais têm influenciado as políticas dos países em desenvolvimento através da articulação combinada de vários órgãos, cada qual atuando de forma específica, de modo a subordinar os países periféricos a seus interesses.

Segundo Michel Chossudovsky (1999), os interesses do capital nestas duas últimas décadas têm sido resguardados por burocracias internacionais que supervisionam as economias nacionais por meio da manipulação das forças do mercado e por meio de regulações diretas ou indiretas da ação dos Estados nacionais. Os agentes a quem estamos nos referindo são, principalmente, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional – FMI, e a Organização Mundial do Comércio – OMC.

Em nível regional, a responsabilidade de supervisionar as economias nacionais fica a cargo de organizações como a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL e Oficina Regional para a Educação na América Latina e no Caribe – OREALC . O Acordo de Livre Comércio das Américas – ALCA, se implantado, também cumpriria funções importantes nesse campo (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2003).

Segundo Chossudovsky (1999), o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional – FMI e a Organização Mundial do Comércio – OMC, são estruturas administrativas e órgãos reguladores que operam dentro de um sistema capitalista e respondem a interesses econômicos e financeiros dominantes.

A capacidade dessa burocracia internacional em supervisionar as economias nacionais por meio da deliberada manipulação das forças do mercado e das ações de Estado será discutida adiante. Apesar de haver uma interdependência entre esses órgãos, o que nos interessa mais explicitamente é a atuação do Banco Mundial, haja vista sua influência direta nas diretrizes da política educacional dos países em desenvolvimento.

Num sistema que gera superprodução, devido à mão de obra barata dos trabalhadores, que perdem seu poder de compra, por consequência das reformas patrocinadas pelo FMI, as sociedades mercantis só podem expandir seus mercados destruindo a base produtiva doméstica dos países em desenvolvimento, através da desorganização e aniquilamento da produção local destinada ao

mercado interno.

Chossudovsky (1999) diz que, com a queda do Muro de Berlim, em 1989, e o fim da União Soviética, símbolo do triunfo do capitalismo sobre o socialismo, o processo da reestruturação da economia mundial vem se modificando. Desenvolveu-se em todo o mundo um consenso político sobre a política macroeconômica e diferentes governos têm adotado inequivocamente a agenda política neoliberal. O sistema de mercado global marca o desaparecimento da economia nacional, ou seja, o desaparecimento da indústria nacional voltada para o mercado interno.

Desde o começo dos anos 80, os programas de estabilização macroeconômica e de ajuste estrutural, impostos pelo FMI e pelo Banco Mundial aos países em desenvolvimento, como condição para a renegociação da dívida externa, têm levado milhões de pessoas ao empobrecimento.

Ainda segundo Chossudovsky, com a reforma macroeconômica, uma nova divisão triangular de autoridade surgiu, baseada na estreita colaboração entre o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio, para vigiar a política econômica dos países em desenvolvimento. A missão da OMC consiste em regulamentar o comércio mundial em benefício dos bancos internacionais e das corporações transnacionais, bem como em supervisionar a vigência das políticas de comércio nacional.

A aplicação do Plano de Ajuste Estrutural – PAE, nos países devedores, favoreceu a internacionalização da política macroeconômica sob o controle direto do FMI e do Banco Mundial, atuando em nome de poderosos interesses políticos e financeiros. Essa nova forma de dominação econômica e política de colonialismos de mercado, segundo Chossudovsky, subordina o povo e os governos por meio da interação aparentemente neutra das forças do mercado.

A reforma macroeconômica nega cada vez mais aos países em desenvolvimento a possibilidade de construir uma economia nacional, pois transforma países em territórios econômicos abertos e economias nacionais em reservas de mão de obra barata e recursos naturais.

No campo ideológico, Chossudovsky diz que os estudiosos das principais correntes econômicas produzem teorias sem fato – teoria pura – e fatos sem teoria – economia aplicada. O dogma econômico dominante não admite nem divergências, nem discussões sobre o seu paradigma teórico básico. A principal função das universidades é produzir uma geração de economistas leais e confiáveis, que sejam incapazes de desvendar os fundamentos sociais da economia de mercado global.

O dogma neoliberal incorpora um discurso moral e ético, que se concentra no desenvolvimento sustentável e na diminuição da pobreza, ao mesmo tempo em que distorce e

disfarça as questões políticas referentes à pobreza e à proteção do meio ambiente. Esta contradição raramente desafia as prescrições da política neoliberal.

As instituições internacionais manipulam os países em desenvolvimento através da engenharia financeira e da cuidadosa arte do financiamento da dívida. O reembolso da dívida é adiado, enquanto os resgates dos juros são tornados obrigatórios. Mais dinheiro é emprestado às nações à beira da falência para capacitá-las a liquidar os juros devidos sobre os títulos antigos, de forma a evitar temporariamente a falta de pagamento, e assim por diante. Os credores só concordam com o refinanciamento da dívida se a nação devedora aceitar as condicionalidades (espécie de exigências sobre a forma de condutas esperadas e contrapartidas) políticas que fazem parte dos acordos de empréstimos.

O objetivo das instituições internacionais consiste em impor a legitimidade da relação do serviço da dívida, enquanto que as nações devedoras são mantidas numa camisa de forças que as impede de se lançarem numa política-econômica nacional independente. Esses acordos de empréstimos do Banco Mundial incluem rígidas condicionalidades. O dinheiro só é garantido se o governo concordar com as reformas de ajuste estrutural e, ao mesmo tempo, respeitar os prazos precisos para sua implementação. Os países que se recusam a aceitar as medidas políticas corretivas do Fundo enfrentam sérias dificuldades para refinar suas dívidas ou para obter novos empréstimos para o desenvolvimento e "ajuda" internacional.

A natureza desses acordos de empréstimos não favorece a economia real, pois nenhuma parte do dinheiro é destinada a investimentos produtivos, mas outro objetivo é atendido. Os empréstimos de ajuste desviam os recursos da economia doméstica e estimulam os países a continuar importando grandes quantidades de mercadorias de consumo, até mesmo artigos de primeira necessidade. O resultado desse processo é a estagnação da economia doméstica, a ampliação da crise na balança de pagamentos e o crescimento do montante da dívida.

Com o déficit na balança comercial não há receitas para o país liquidar as suas dívidas, dependendo, assim, de novos empréstimos para pagar as dívidas anteriores. Assim, as obrigações ficam acumuladas e, como conseqüência, o país é colocado numa lista internacional de devedores.

Na condição de devedor, o país terá de continuar a se submeter às condicionalidades impostas pelas instituições internacionais, inclusive, no que diz respeito à educação, o que será discutido no próximo tópico.

As organizações internacionais responsáveis pela difusão de parâmetros de regulação das políticas educacionais não são, certamente, só as de caráter financeiro.

Como mostra Barroso (2006), a interferência internacional na política nacional – responsável pela

implantação, na maioria dos países ocidentais, de inúmeros mecanismos de regulação do setor educacional que, de algum modo, estão praticamente padronizando a organização educacional em países com histórias, estruturas econômicas e referenciais culturais muito distintos – decorre tanto diretamente desses organismos financeiros, como de ações coordenadas por uma pluralidade de organizações que, no entanto, comungam princípios próximos ou similares. Podemos perceber isso quando observamos a verdadeira difusão de uma “cultura” de avaliação de políticas referenciada na instituição de programas de avaliação internacionais, como o Programa Internacional de Avaliação de Alunos – PISA – e desdobrada, nacionalmente, em sistemas específicos de avaliação que abrangem aspectos (desempenho de alunos, instituições, corpo docente) e etapas de ensino diversas, como no caso do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE, o Prova Brasil e a Provinha Brasil. Estas acabam produzindo mudanças pedagógicas e administrativas em diferentes escalas de gestão educacional, no que tange a conteúdo, tempo e dinâmica do trabalho.

Mas fica evidente que os organismos financeiros têm papel de destaque nesse processo.

## **2.2 - Educação Básica para um mundo em transformação**

Segundo Frigotto e Ciavatta (2003), na década de 1990, os organismos internacionais entram em cena no campo educacional, em termos organizacionais e pedagógicos, com ações marcadas por grandes eventos, assessorias técnicas e farta produção documental.

O primeiro desses eventos foi a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em cinco de março de 1990, em Jomtien, na Tailândia, sendo apresentado um grande projeto de educação em nível mundial para a década vigente, e tendo como principal eixo a idéia da "satisfação das necessidades básicas de aprendizagem". O Brasil, como um signatário entre aqueles com a maior taxa de analfabetismo do mundo, foi orientado a desenvolver ações para impulsionar as políticas educacionais ao longo da década, com o monitoramento de um fórum consultivo coordenado pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO. As bases lançadas pela Conferência inspiraram a elaboração do Plano Decenal da Educação para Todos, em 1993, no governo Itamar Franco. As orientações governamentais contidas nesse quadro alteraram o rumo da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/96, conquistada pela Constituinte de 1988 por um amplo movimento da sociedade civil.

As orientações dos organismos internacionais começam a ganhar força por intermédio dos organismos regionais. Em 1990, a CEPAL publica um documento que enfatiza a urgência da

implementação de mudanças educacionais em termos de conhecimentos e habilidades específicas, demandadas pela reestruturação produtiva. Em 1992, a CEPAL publica outro documento, vinculando educação, conhecimento e desenvolvimento nos países da América Latina e Caribe.

Segundo Frigotto e Ciavatta (2003), a UNESCO e o Banco Mundial completam o quadro principal dos impulsionadores externos das reformas. Entre 1993 e 1996, a Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, convocada pela UNESCO, produziu o relatório "Delors", no qual se fez um diagnóstico do "contexto planetário de interdependência e globalização". Evidenciam-se o desemprego e a exclusão social. O relatório faz recomendações de conciliação, consenso, cooperação, solidariedade para enfrentar as tensões da mundialização, a perda das referências e de raízes, as demandas de conhecimento científico-tecnológico, principalmente das tecnologias de informação. A educação seria o instrumento fundamental para desenvolver nos indivíduos a capacidade de responder a esses desafios, particularmente a educação média. Em 1995, o Banco Mundial publica o documento "Prioridades e Estratégias para a Educação". Reitera os objetivos de eliminar o analfabetismo, aumentar a eficácia do ensino, melhorar o atendimento escolar e recomenda a "reforma do financiamento e da administração da educação, começando pela redefinição da função do governo e pela busca de novas fontes de recursos", o estreitamento de laços da educação profissional com o setor produtivo e entre os setores público e privado na oferta de educação, a atenção aos resultados, à avaliação da aprendizagem, à descentralização da administração das políticas sociais. A educação básica deveria ajudar a "reduzir a pobreza e aumentar a produtividade do trabalho dos pobres, reduzindo a fertilidade, melhorando a saúde" e gerando atitudes de participação na economia e na sociedade.

Tais pressupostos serão ratificados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/96 – na gestão presidencial de Fernando Henrique Cardoso. O artigo 22 da lei é expressivo dessa influência, ao enfatizar o fornecimento ao educando de "meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores". Apresenta-se como uma instância complementar à cidadania, no sentido de realizar, pela educação, algumas das condições básicas para o exercício consciente da cidadania política.

O governo Fernando Henrique Cardoso conduziu as diferentes políticas de forma associada e subordinada aos organismos internacionais, seguindo a cartilha neoliberal, cujo núcleo central consiste na idéia de livre mercado e da irreversibilidade de suas leis. Do ponto de vista econômico e social, a abertura econômica do Brasil aos interesses do mercado global, foi marcada pelo retrocesso e mediocridade. Assim avalia Perry Anderson (1995):

A dinâmica fundamental do neoliberalismo se ergue sobre dois princípios: a

desregulamentação dos mercados e a privatização dos serviços (...). Após oito anos, os resultados estão aí, evidentes: estagnação crescente, salários reais em queda, desemprego em nível nunca antes visto e uma dívida estrondosa. (ANDERSON, 1995, p.2)

A análise mais contundente é de James Petras e Henry Velmeyer (2001), no livro "Brasil de Cardoso: a desapropriação do Brasil", cuja tese central é a de que o governo FHC governou para "tornar o Brasil seguro para o capital".

Segundo Frigotto e Ciavatta (2003), Cardoso construiu um governo de centro-direita e, sob a ortodoxia monetarista e do ajuste fiscal, no contexto da doutrina dos organismos internacionais e sua cartilha do Consenso de Washington, efetivou as reformas que alteraram profundamente a estrutura do Estado brasileiro para tornar o Brasil adequado e seguro para as novas necessidades do capital (2003, p.105).

O ajuste à cartilha neoliberal, como vimos, traduz-se por algumas estratégias estruturais articuladas e complementares: desregulamentação (sustar leis, normas e direitos adquiridos para não retrair o mercado), descentralização, autonomia e privatização. Este ajustamento deve dar-se não mediante políticas protecionistas, intervencionistas ou estadistas, mas de acordo com as leis do mercado globalizado, mundial.

As demandas da sociedade organizada são substituídas por medidas produzidas por especialistas, tecnocratas e técnicos que definem as políticas de cima para baixo e de acordo com os princípios do ajuste. A ausência de uma efetiva política pública, com investimentos no campo educacional, irá conduzir a medidas paliativas que reiteram o desmantelamento da educação pública em todos os seus níveis.

A dimensão talvez mais profunda e de conseqüências mais graves situa-se no fato de que o governo FHC adotou o pensamento pedagógico empresarial, baseado nas diretrizes dos organismos e das agências internacionais e regionais, predominantemente a serviço desse pensamento, como diretriz e concepção educacional do Estado.

Segundo Maria Helena Guimarães Castro, Secretária do Ensino Superior – SESU, do Ministério da Educação e Cultura – MEC, no governo de FHC, as competências dos alunos que deviam ser avaliadas eram aquelas que os empresários indicavam como desejáveis:

Ao final do Ensino Médio de cursos profissionalizantes revelou-se que as empresas querem que esses estudantes tenham domínio de Língua Portuguesa, saibam desenvolver bem uma redação e se comunicar verbalmente (...). Em segundo lugar, (...) detenham os conceitos básicos de matemática e, em terceiro lugar, que tenham capacidade de trabalhar em grupo e de se adaptar a novas situações. (CASTRO, apud

FRIGOTTO e CIAVATTA, 2003)

## CAPÍTULO III

### 3 - O Banco Mundial e as Políticas Educacionais

#### 3.1 - As Políticas Educacionais orientadas pelo Positivismo

O interesse analítico a respeito das ações do Banco Mundial no setor educacional tem sido impulsionado pela influência crescente que este organismo vem tendo sobre a definição das políticas educativas nos países em desenvolvimento. Procurar entender os interesses de uma instituição financeira em se "preocupar" com a Educação é uma questão que se coloca para a reflexão sobre os supostos benefícios dessa parceria.

Para Torres (1997), o Banco Mundial reflete a perspectiva neoliberal e se constitui como um agente da despolitização e posituação da política educacional, exercendo um papel central no processo de globalização do capitalismo e na agenda dos *experts* que pesquisam os assuntos educacionais.

Para explicar o teor positivista da política educacional proposta pelo Banco, Torres argumenta que lógica do planejamento desse agente em educação está intimamente vinculada ao modelo de Ciência Social Normal, dominada pelo paradigma epistemológico do positivismo.

O positivismo responde a um conjunto de preceitos de como se deve desenvolver um trabalho científico. O modelo parte de um sentido de acumulação linear e evolucionário do conhecimento, a partir do qual se possa organizar inferências deterministas e deduzir conclusões baseadas em fundamentos empíricos. Assim, o positivismo não reconhece a importância dos eventos não lineares e as profundas descontinuidades dos fenômenos da vida real.

Os planejadores que se baseiam na ciência social positivista argumentam que há uma ordem social fundamental subjacente à dinâmica dos elementos em si. Tal ordem pode ser discernida através de um método, este reflete as premissas de todo método científico e segue o modelo das Ciências Naturais, ou seja, um método baseado no fundacionalismo, no objetivismo, na busca do controle e da manipulação das variáveis, no experimentalismo, no universalismo e no racionalismo (TORRES, 1997).

O objetivo da Ciência Social Positivista é desenvolver um conjunto de argumentos que fundamentem o estudo das relações de causalidade e, quando possível, os padrões ou regularidades detectados poderão ser aplicados como leis ou regularidades empíricas. Análises mais complexas,

de maior alcance, mais pontuais e baseadas em um grande número de observações, que qualificam e problematizam a análise, são rejeitadas por serem desnecessárias.

A Economia é considerada como a Ciência Social que tem as conseqüências mais práticas e importantes, visto que a Economia manipula o dinheiro e o poder do dinheiro define o sentido de bem estar. Não é em vão que a noção de desenvolvimento está associada ao crescimento econômico.

A presença de um forte componente Positivista nas Ciências Sociais que orientam o planejamento do Banco Mundial para a Educação, entendido como uma instituição capitalista, faz com que a lógica predominante seja a razão instrumental, na qual os meios ajustam-se a fins pré-estabelecidos. Estes fins subordinam toda a política educacional aos interesses do capital. Esta é a contribuição analítica de Torres para o aspecto aqui focado.

Em termos de políticas educacionais específicas, o Banco Mundial tem impulsionado políticas entendidas como de democratização do ensino, sob certos aspectos mais pontuais, apoiando decididamente a educação da mulher, a educação básica e a qualidade da educação. Porém, cabe a nós nos perguntarmos se uma política educacional pensada a partir dos interesses do mercado pode garantir uma efetiva expansão educacional de qualidade e igualdade de oportunidades para todos. Uma preocupação similar é expressa por Coraggio (1995), quando menciona que, devido ao fato do Banco Mundial ser composto primordialmente por economistas, e não por educadores, o objetivo final do Banco seja a eficiência econômica, a liberdade de mercados e a globalização do capital.

O Banco Mundial tem priorizado diferentes políticas educacionais desde sua criação. Em ordem cronológica de intervenção, podemos citar a construção de escolas, o apoio ao desenvolvimento da escola secundária, a educação vocacional e técnica, a educação informal e a qualidade educacional (definida em termos de aproveitamento e desempenho escolar). Alguns dos indicadores que os *experts* do Banco Mundial projetaram para medir a qualidade da educação incluem o gasto por aluno, os materiais de instrução, a duração do ano e da jornada escolar e a classe social do professor (FULLER, 1986, apud TORRES, 1997). Ou seja, são indicadores referentes a elementos e aspectos organizacionais da educação escolar que, como sabemos, estão fortemente presentes nos programas e medidas promovidas nos processos de reforma educacional federal, estaduais e municipais, no Brasil, a partir da década de 1990.

### 3.2 - As Políticas Educacionais orientadas pelo Banco

Especialmente após a Conferência Mundial de Educação para Todos, em 1990, o Banco Mundial tem dado prioridade aos investimentos em Educação Básica. Através dos financiamentos, o Banco visa influenciar as políticas educativas dos países devedores, mais especificamente, impulsionando mudanças nas formas de gestão e na alocação de recursos.

A estratégia de ação do Banco Mundial no Brasil consiste em "apoiar" investimento que "encorajem o crescimento econômico e o desenvolvimento social, num contexto de estabilidade macroeconômica." (Banco Mundial apud TOMMASI, 1996, p.197). São enfatizadas melhorias na eficiência dos gastos públicos e, nos setores sociais, melhor escolha da população alvo e ampliação da prestação de serviços aos pobres, mas não são dados ao país condições para que venha obter um crescimento econômico sustentável, até porque, para o Banco Mundial, o país deve depender sempre de seus créditos, logo, não deve ter condições de autonomia financeira.

Segundo Livia de Tommasi (1996), o diagnóstico feito pelo Banco sobre o sistema educacional brasileiro ressalta que o problema é a baixa qualidade, causa dos altos índices de repetência e evasão. Portanto, o objetivo perseguido pelo Banco consiste em melhorar a qualidade e a eficiência do ensino, através das seguintes estratégias:

- Melhoria da capacidade de aprendizagem do aluno;
- Redução das altas taxas de repetência;
- Aumento das despesas por aluno.

Segundo o Banco, os fatores que mais contribuem para a baixa qualidade e ineficiência da educação, no Brasil, estão associados à falta de livros didáticos e outros materiais pedagógicos; prática pedagógica inapropriada, que estimula os professores a reprovarem; baixa capacidade de gestão.

Diante deste diagnóstico, o Banco estabelece como ação prioritária no Brasil as seguintes medidas:

- Providenciar livros didáticos e outros materiais de ensino;
- Melhorar as habilidades dos professores em técnicas de sala de aula;
- Elevar a capacidade de gerenciamento setorial.

Como se vê, o Banco faz um diagnóstico completamente instrumental e subordinado a uma visão gerencial das políticas educacionais. Os itens citados compõem todos os projetos financiados

pelo Banco. Outro componente comum a todos os projetos é o financiamento da infra-estrutura (construção e/ou reforma de escolas). Os projetos são frutos de negociações realizadas no seio de cúpulas restritas de funcionários das Secretarias de Educação e técnicos do Banco.

De fato, os projetos financiados pelo Banco Mundial no Brasil refletem, de forma fiel, as orientações de ações estabelecidas em nível mundial. Em 1992 o Brasil definiu três frentes de trabalho no setor da educação primária:

- A melhoria do contexto da aprendizagem;
- A melhoria da preparação e motivação dos professores;
- O fortalecimento da administração do sistema educativo.

Os projetos que o Banco Mundial tem financiado no Brasil contemplam medidas relativas ao fornecimento de livros didáticos, aumento do tempo de instrução e capacitação dos professores, reestruturação da gestão e oportunidades profissionais fortalecimento dos sistemas de avaliação e informação. Não incluem, entretanto, medidas que visem a influir sobre a motivação dos professores e o aumento salarial.

Nos documentos relativos aos projetos apoiados, o Banco afirma que sua política no setor educacional no Brasil visa as seguintes medidas:

- Apoiar as regiões do país em que os problemas educacionais são mais agudos;
- Apoiar o desenvolvimento de projetos estaduais que implementem experiências inovadoras para a melhoria da qualidade da educação primária, a fim de que possa servir de modelo para o resto do país.

Para o Banco Mundial, a experiência indica que os fatores-chave para o sucesso de projetos no setor educacional irá depender de:

- Desenho de projetos simples e sólidos, com extensão e objetivos modestos, com flexibilidade suficiente para atender a mudanças circunstanciais e que concentrem os recursos em insumos chave de ensino-aprendizagem;
- Equilíbrio entre reforma política e investimento;
- Provisão adequada de insumos educacionais, tais como, livros didáticos, treinamento de professores, tempo alocado para a aprendizagem e desenvolvimento curricular. Com relação aos professores, nos documentos se afirma que se deve providenciar aumentos salariais gradativos, de acordo com o desempenho acadêmico de seus alunos.

Segundo Tommasi, (1996), a questão salarial é mencionada em todos os projetos financiados, mas nunca são estabelecidas modalidades concretas para melhorar os salários. Pelo contrário, no contexto das políticas de ajuste, os recursos para o setor educacional tendem a diminuir. O problema é posto em termos de como baratear os custos das políticas sociais, mobilizando alternativas de recursos através do setor privado, tais como:

- Estabelecimento de sistemas de programação, monitoramento e avaliação;
- Gerenciamento competente do projeto;
- Melhoria do desempenho do Banco na supervisão do projeto, com visitas regulares nas escolas, nos centros regionais e nos centros de treinamento. Participação comunitária que, em municípios em que tal tradição já existe, tem sido visto como instrumental importante para ganhar o apoio popular para as reformas educacionais, reduzindo custos de manutenção. (Banco Mundial apud TOMMASI, 1996, p.201)

Samoff (1990, apud TORRES, 1997) define o Banco Mundial como um complexo intelectual e financeiro. Assim, o Banco comissiona pesquisas de longo alcance, influenciando na seleção dos tópicos de investigação, seja na qualidade da educação ou no número de livros didáticos.

Um aspecto central do funcionamento do Banco é seu enorme cinismo. As questões morais e éticas ocupam um segundo plano, quando o que está em jogo é a capacidade de acumulação do capital, não importando os meios para alcançar os fins desejados, mesmo que isso implique em desemprego, em salários com baixo poder de compra, em indignância, dentre outros fatores vinculados à persistência das desigualdades sociais e econômicas.

Segundo Torres (1997), as teorias aceitas pelo Banco Mundial para o planejamento educacional têm preocupado muitos pesquisadores, pois se questiona se esses organismos neoliberais refletem, em suas pesquisas, os resultados de evidência empírica ou suas preferências teóricas e operacionais.

Caso seja feito um falseamento da pesquisa pelo Banco Mundial, visando seus interesses financeiros, pode estar ocorrendo um neocolonialismo, especialmente quando este dirige as políticas educacionais não tanto em direção ao aperfeiçoamento do valor de uso da força de trabalho, mas ao aperfeiçoamento do valor da troca, sob políticas de desenvolvimento claramente prescritas, como por exemplo, o ajuste estrutural, estabelecimento e crescimento através de exportação e, especialmente, quando pressiona seus parceiros nacionais na adoção de normas e políticas específicas.

#### 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discutirmos nesta monografia sobre as mais variadas formas de acumulação capitalista, e, de forma mais expressiva, no contexto neoliberal, que tem como um dos seus principais agentes o Banco Mundial, percebemos o quanto os governos dos países em desenvolvimento têm submetido suas políticas aos interesses do mercado. O esfacelamento dos direitos adquiridos pela sociedade no decorrer da história e a falta de investimentos no setor social têm nos feito questionar sobre a validade da própria Educação do país, haja vista que esta não tem sido um instrumento de emancipação, mas sim de subordinação dos sujeitos aos interesses dominantes.

É indispensável que toda sociedade tenha conhecimento dos acordos que acontecem entre o Banco Mundial e os governos dos países, afim de que possa reivindicar acordos que favoreçam o crescimento econômico, e conseqüente distribuição dos bens produzidos socialmente.

Es urgente saber qué limites y que posibilidades inexploradas tiene ese encuentro entre el Banco Mundial, los gobiernos y las sociedades de América Latina, porque de él seguirán surgiendo las políticas educativas capaces de promover o bloquear el desarrollo sustentable de nuestras sociedades (CORAGGIO, 1995, P.1)

As diretrizes políticas acordadas entre o Banco Mundial e os governos dos países têm resultado no empobrecimento da sociedade, não sendo resguardados nem àqueles com maior poder aquisitivo. A aceitação do Programa de Ajuste Estrutural tem assegurado ao mercado máxima liberdade à custa dos direitos dos cidadãos, haja vista a falta de investimentos do Estado para assegurar os direitos básicos para a sociedade, como Educação, saúde, alimentação, saneamento básico, etc.

Na economia globalizada não há lugar para a cooperação e a solidariedade, e sim, a capacidade do país se tornar competitivo e triunfar sobre os outros mercados, ainda que isso ponha em risco o valor do trabalho, do meio ambiente e da própria vida humana.

A política neoliberal sustenta a idéia de que para um país prosperar deve se adaptar à lógica do mercado, pois qualquer tentativa de se contrapor à mesma pode levar o país a uma crise econômica.

Se recomienda ser realista, adaptarse a la naturaleza de las cosas, para sobrevivir y eventualmente prosperar. Según este sentido comum, legitimador de la revolucion neoliberal, cualquier intento de contraponer fuerzas políticas o sociales a la fuerza arrasadora del mercado llevaría a resultados como los de la actual crises Del México, ou de las recientes crises monetárias em Europa. (CORAGGIO, 1995, P.4)

Para ser competitivo no mercado, o país deve atrair capitais que invistam na produção de bens e serviços com alta produtividade, qualidade e flexibilidade. Segundo Coraggio, tais recomendações implicam numa revolução cultural e institucional, que inclui a seguinte receita técnica:

- desregular la economía, minimizando las barreras al comercio y libre flujo de capitales;
- reducir al máximo los derechos entitlements no vinculados a la competitividad, salvo los programas focalizados en los sectores de pobreza extrema y una "red de seguridad" para situaciones coyunturales de necesidad;
- sanear las finanzas publicas, privatizando toda actividad que pueda desarrollarse
- como negocio privado, reduciendo el gasto social al mínimo necesario para asegurar
- el acceso de los sectores más pobres a paquetes de servicios básicos (água,
- saneamiento, salud y educación elementales), aplicando la recuperación de costos
- por los servicios a todos los usuarios que puedan pagar en dinero o em trabajo;
- descentralizar el Estado Nacional, pasando responsabilidades sociales a las instancias de gobierno y a las comunidades locales;
- invertir, conjuntamente con el capital privado, en una plataforma de infraestructura productiva que apoye al sector moderno-exportador;
- proseguir una política macroeconômica que mantenga la estabilidad monetária sin contravenir las indicaciones del mercado y que garantice tanto el pago del servicio de la deuda externa como el libre movimiento de los capitales y sus ganancias. (CORAGGIO, 1995, p. 5)

As reformas impostas pelos organismos internacionais são vistas como única possibilidade de crescimento econômico e estabilidade política, mas o mercado real está longe da utopia neoliberal, segundo a qual o mercado tem mecanismos de auto-regulação, que garante benefícios para a sociedade. Apesar do fracasso das reformas para a economia nacional (aumento da dívida externa e posição de subalternidade dos países em desenvolvimento), as organizações internacionais continuam impondo as suas diretrizes, como o equilíbrio fiscal, desregulamentação, privatização e descentralização.

Por detrás das imposições dos organismos internacionais há projetos de domínio que acabam sendo aceitos por se naturalizar o impacto do mercado na sociedade, como por exemplo, a exclusão de grande parte da população aos benefícios do desenvolvimento científico-tecnológico.

En la creencia de que el Estado es ineficaz e de que son factores externos o naturales los que determinan la situación de crisis social, las mayorias nacionales vienen renunciando a la posibilidad de controlar el mercado y defender sus posiciones económicas a través del sistema político.(CORAGGIO, 1995, p.8)

Para o Banco Mundial a melhor forma de garantir recursos para os pobres consiste no Estado investir na Educação e não intervir na economia, mas, na realidade, seu verdadeiro intento consiste em prevenir situações politicamente críticas, que poderiam por em risco os lucros ao capital.

Ao seguir as premissas do Ajuste Estrutural a economia de mercado passa a ser prioridade do Estado, em detrimento das políticas referidas à garantia de direitos sociais, haja vista que com a política neoliberal o Estado torna-se cada vez mais pobre para manter os gastos com políticas sociais. Neste panorama, os serviços sociais mantidos pelo Estado se limitam àquilo que é básico, ou seja, o que for de menor custo e de baixa qualidade.

Para competir no mercado globalizado, altamente competitivo, os empresários dos países em desenvolvimento têm expropriado a classe trabalhadora para elevar seus lucros, mas mesmo assim isso não garante o crescimento econômico de suas empresas, podendo resultar em falência e conseqüente desemprego.

Nestas condições, há um desestímulo ao próprio trabalho, pois as pessoas sem nenhum recurso (desempregadas) recebem ajuda financeira do Estado, e as que trabalham vivem nas mesmas condições precárias dos que dependem da beneficência pública.

Esto desestimularía trabajar para conseguir ingresos en ese rango, en el cual está una proporción muy importante de la sociedad, creando una discontinuidad moral entre pobreza I (dependiente de la beneficencia publica) y pobreza II (autônoma) aunque con niveles de vida material equivalentes. (CORAGGIO, 1995, p.13)

A política neoliberal fere até mesmo os princípios constitucionais de direito à saúde, educação, habitação e lazer, garantidos para todos os cidadãos, já que estes direitos acabam ficando restritos àqueles que podem pagar para usufruí-los, enquanto que a maioria fica à mercê da precária beneficência pública.

... la apariencia del "para todos" se desvanece y se hace evidente la dualización del modelo, donde un derecho pretendidamente universal es ejercido realmente como ciudadano de primeira si es via ingresos, y como ciudadano de segunda se es via la acción publica. (CORAGGIO, 1995, p.14)

Na prática, um exemplo do exposto acima pode ser visto em relação à educação do país. Enquanto alguns podem pagar por uma educação de qualidade, aqueles que não têm recursos financeiros acabam dependendo da educação pública, muitas vezes de péssima qualidade.

A educação pública tem perdido seus referenciais de qualidade no decorrer do tempo, principalmente a partir do aceite das reformas financiadas pelo Banco Mundial. A escola pública sempre foi vista como um referencial para a mobilidade social, tanto que os pais colocavam seus filhos na escola com a esperança de dar um futuro melhor para eles.

Atualmente, a escola pública adquiriu um caráter assistencialista. Com a gradual deterioração da qualidade da formação escolar, os pais não vêem mais a educação dos filhos como prioridade, por perceberem que a instrução não garante empregabilidade. Nestas condições, muitas crianças são colocadas na escola para receber cartão de auxílio transporte (muitas das vezes utilizado pelos pais), recursos financeiros (via programas de renda mínima familiar, como o Bolsa Escola, empreendido no Governo de Fernando Henrique Cardoso, o Bolsa Família, no Governo Lula, dentre outros, coordenados por governos estaduais e municipais), alimentação (merenda escolar) e até mesmo para os pais se desobrigarem por pouco tempo de cuidarem de seus filhos, já que estão abrigados na escola.

Neste novo panorama, a escola pública enfrenta sérias dificuldades para garantir a formação adequada dos educandos, pois já não encontra em muitos pais uma parceria na educação dos alunos. Inclusive o desinteresse dos pais pela educação dos filhos é um fator que contribui para que a educação ocorra de forma insatisfatória. Os problemas sociais se expressam na escola, mas esta não tem uma infra-estrutura material e funcional para dar conta dos problemas que a ela chegam. Na verdade, para que a educação tenha o mínimo de êxito nessa conjuntura social, a escola deveria garantir aos alunos e suas famílias assistência social, psicológica, entre tantos outros, sem que isso, porém, abalasse as condições de realização do processo educativo escolar.

As políticas sociais orientadas pelos organismos internacionais aos países em desenvolvimento não têm contribuído para resolver os problemas que estão não apenas nos setores educacionais, mas também em muitos outros setores, como por exemplo, a saúde pública. Mas esta questão não será discutida aqui, por fugir do objetivo desta monografia. Pelo contrário, tais determinações mantêm os países na defensiva, ou seja, reparando as situações mais drásticas, mas nunca busca uma mudança estrutural, que contribua para a melhoria das condições de vida no país, pois isso irá de encontro aos interesses de acumulação capitalista. "La tendencia es a que el diseño de las políticas sociales quede también subordinado al objetivo económico de la competitividad" (CORAGGIO, 1995, p. 17).

As políticas sociais de vacinação, nutrição e Educação Básica financiadas pelo Banco Mundial não são suficientes para um país se tornar competitivo na economia de mercado globalizado, até porque, para as instituições internacionais liberarem recursos para os países em desenvolvimento, os mesmos perdem toda soberania nacional, ou seja, a capacidade de governar

para uma transformação social que não esteja comprometida com os interesses do mercado.

Para que haja uma competitividade sustentável, o governo tem que assumir o controle da nação, e não deixar que as instituições internacionais dirijam a seu bel prazer as políticas de seus países, ainda que isso custe uma crise social. Investir na qualidade de vida da população, garantindo emprego e condições de vida digna para todo trabalhador e suas famílias é o que levará os países em desenvolvimento à superação de seus limites econômicos e sociais.

Pero esa calidad no puede lograrse sólo con la vacunación, nutrición y educación básica de los niños, pues está a su vez asociada a las condiciones de reproducción de sus familias y comunidades, a la calidad de vida histórica y actual y también a las expectativas de vida para el futuro. La calidad de una sociedad, reflejada en la calidad de vida de los trabajadores, familias y comunidades se convierte así en condición para una competitividad sustentable. La competitividad sustentable requiere una sociedad no polarizada, donde haya expectativas de continua mejoría en la calidad de vida de los agentes económicos, la que no es independiente de la calidad de vida de toda la población con la que cohabitan (medioambiente, saneamiento, salud, congestionamiento, violencia, seguridad, valores de solidaridad y cooperación, identidad cultural, valores democráticos, derechos ciudadanos, sistemas de socialización escolar, calidad de los medios masivos de comunicación, etc.)... **El desarrollo humano no puede ser visto como resultado posible de la competitividad, sino como condición de ésta.** (CORAGGIO, 1995, p.17-18)

A análise econômica tem se convertido na metodologia central para o desenho das políticas públicas educativas. Para enquadrar a realidade educativa nos modelos econômicos, o Banco Mundial tem interpretado a escola como tendo a mesma função de uma empresa. Ao invés de se ocupar em seus projetos com a formação do indivíduo, o Banco Mundial tem se preocupado com o custo-benefício de tais propostas.

Para o Banco Mundial é razoável investir na Educação Básica dos países em desenvolvimento, pois outros níveis superiores de educação não serão necessários para um país que não investe em tecnologia para se manter competitivo no mercado. A formação dos educandos visa tão somente a demanda por força de trabalho flexível, facilmente substituível e com mão de obra barata.

Yendo ahora al proceso de enseñanza-aprendizaje, la escuela es vista como empresa que ensambla y organiza insumos de la educación y produce recursos humanos con un cierto nivel de aprendizaje. Y se pretende que lo haga, como cualquier empresa sometida a la competencia, al mínimo costo posible. Para definir políticas, el modelo sugiere hacer un estudio empírico de los "insumos escolares" y sus costos, y relacionar sus variaciones con las del nivel de aprendizaje logrado... Mediante métodos estadísticos se asocian las variaciones en el aprendizaje – medido mediante tests universales ( el equivalente al supuesto de un producto homogéneo, condición para que el concepto utópico de mercado pueda construirse) -- con la presencia o ausencia de libros de texto, con el hecho de que el profesor sea capacitado mientras enseña o antes de iniciarse como docente, con el número de alumnos por clase, con el salario de los docentes, con la provisión de desayuno o almuerzo escolar, etc. etc. Estimados los costos de esos

"insumos", se obtienen relaciones de costo-efectividad respecto al objetivo del aprendizaje. (CORAGGIO, 1995, p.30-31)

As propostas de intervenção na Educação, no que tange ao ensino-aprendizagem, têm se sustentado na análise do mercado. Este tem servido como parâmetro para as políticas públicas de educação brasileira, o que é muito preocupante a nível nacional, pois não visa a emancipação do país, mas sim, sua subordinação.

Para ajustar a realidade brasileira aos interesses da política neoliberal de privatizar e descentralizar a política econômica, o Banco Mundial tem, através de suas propostas, reformado o papel do Estado, como também o funcionamento do sistema educativo, com a finalidade de institucionalizar novas formas de gestão, desde que contribua para a acumulação do capital global.

Há certo contra senso nas políticas do Banco Mundial para a Educação. Ao analisarmos as medidas tomadas pelo banco, percebemos que não há nenhum compromisso em modificar a organização da sociedade capitalista, mas sim, disfarçar, através de algumas intervenções, uma suposta atuação do Estado. Não se investe em uma educação de qualidade que promova o ensino-aprendizagem, mas se aplica cursos de aperfeiçoamento para o professor. Não é dado um salário digno e nem condições de empregabilidade necessárias para que os alunos não cheguem famintos à escola, mas se investe em merenda escolar, tanto café da manhã, como também almoço.

Com o pretense objetivo de diminuir a pobreza no mundo, o Banco Mundial tem instaurado, na verdade, uma política compensatória e regulatória. Tais políticas para a Educação retiram o seu caráter de um direito social implicado com a melhor participação econômica, cultural e política, pondo em risco a validade da própria escola, haja vista que a motivação para os estudos provém, sobretudo, da expectativa de vida que gera para os educandos.

En otras palabras, estamos recibiendo una asesoría para reformar nuestros sistemas educativos que está basado en una teoría cuestionable y, aún más, las investigaciones que orienta han producido evidencia no concluyente, si es que no refutadora, de las mismas hipótesis que guían dicha asesoría.(CORAGGIO, 1995, p.22)

Como mostram inúmeros autores de perspectiva crítica, como os que aqui foram considerados, o investimento em Educação somente contribuirá para diminuir a pobreza se estiver associado ao crescimento econômico e a políticas de distribuição de renda de impacto ampliado na recomposição das condições de vida da maioria da população. Mas a adoção séria dessa perspectiva significa romper definitivamente com os organismos internacionais. Enquanto não se combater a

exclusão econômica e a marginalização cultural existentes no Brasil, toda iniciativa governamental visando o desenvolvimento verdadeiramente democrático tenderá a fracassar.

## 5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 09-23.

BARROSO, João (org.). *A regulação das políticas públicas de educação: espaços, dinâmicas e atores*. Lisboa: Educa, 2006.

CASTRO, M.H. Trabalho e Educação (entrevista). *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 06 de ago. 2000, Caderno especial.

CHOSSUDOVSKY, Michel. *A globalização da pobreza. Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo: Moderna, 1999. 320 p.

CORAGGIO, José Luís. *Las propuestas del Banco Mundial para la Educación: sentido oculto o problemas de concepción*. Buenos Aires: Mino y Dávila-CEM, 1995. 43p.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação Básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. *Educação & Sociedade*, São Paulo: Cortez; Campinas: CEDES, v. 24, n. 82, abril 2003. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br/>

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

OLIVEIRA, Francisco de. O surgimento do anti-valor. In: *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998. 231p. p. 19-48.

PETRAS, J.; VELTMEYER, H. *Brasil de Cardoso: a desapropriação do país*. Petrópolis: Vozes, 2001.

SINGER, Paul. *O capitalismo*. Sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. São Paulo: Moderna, 1987.

TOMMASI, Livia de. Financiamentos do Banco Mundial no setor educacional brasileiro: os projetos em fase de implementação. In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian J.; HADDAD, Sérgio (Orgs). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1996. p. 195-227.

TORRES, Carlos Alberto. Estado, privatização e política educacional: elementos para uma crítica do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo (Org.). *Pedagogia da Exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis: Vozes, 1997.

O Consenso de Washington é um conjunto de medidas - que se compõe de dez regras básicas - formulado em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras baseadas em Washington, como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, fundamentadas num texto do economista John Williamson, do *International Institute for Economy*, e que se tornou a política oficial do Fundo Monetário Internacional em 1990, quando passou a ser "*receitado*" para promover o "*ajustamento macroeconômico*" dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades.